Supervisor critica cativações feitas pelos Governos

Presidente da ASF diz que o **sector segurador está forte e robusto**. Proteção do consumidor foi desafio

Textos ISABEL VICENTE
Foto MATILDE FIESCHI

Seis anos após ter sido nomeada presidente da Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões (ASF) por Mário Centeno, então ministro das Finanças e atual governador do Banco de Portugal, Margarida Corrêa de Aguiar não pode ser reconduzida e por isso aguarda a nomeação de um sucessor.

Quando questionada sobre se regressa ao Banco de Portugal, da qual é quadro, responde: "A vida dá muitas voltas. Quem diria que eu viria para aqui. Enquanto aqui estiver, continuarei a dedicar 100% ao meu trabalho, com dedicação e sem perder de vista o sentido e o interesse público."

À conversa com o Expresso, em jeito de balanço, Margarida Corrêa de Aguiar faz uma revisão do trabalho feito, das prioridades cumpridas, das dificuldades superadas e da necessidade de reformas perante um mundo com desafios cada vez mais complexos e urgentes. "Os desafios continuam, é expectável que se tornem mais complexos, e por isso é necessário preparar e investir para que a ASF possa intervir, seja por via da regulação seja por via da supervisão, na resposta do sector aos principais desafios, como sejam o envelhecimento demográfico, as alterações climáticas, a inovação tecnológica e a resiliência operacional digital", afirma, acrescentando que estas "são áreas nas quais a regulação não deve ser um obstáculo, mas deve traçar linhas para que o mercado funcione com segurança".

E apesar de acabar o mandato com mais 60 trabalhadores, face aos 200 que havia em 2019, houve dificuldades na gestão dos orçamentos da ASF. "Concretizámos um ambicioso programa digital e continuamos com uma carteira de investimentos bastante relevante", mas "foi muito complicado gerir planos (investimentos em infraestruturas, tecnologias e em serviços) quando os orçamentos estão sujeitos a cativações e restrições orçamentais como aconteceu neste mandato", afirma. "Tivemos restrições orçamentais à aquisição de serviços e cativações que impedem que a ASF possa ser ressarcida das despesas que tem com os fundos que administra (Fundo de Garantia Automóvel e Fundo de Acidentes de Trabalho)", sublinha, inconformada. Esta situação "dificulta a ação da ASF na visão a médio e longo prazo", quando "se poderia fazer mais e mais rapidamente".

Líder da ASF destaca a cooperação conseguida com as universidades portuguesas

"Estamos a falar de parcelas muito significativas, milhões e milhões de euros", refere, embora sem poder dizer o valor exato. Acrescenta ainda que "a autonomia e independência é um valor muito importante, está consagrado na legislação nacional e comunitária", confessando que "não há razão nenhuma para isto acontecer", tanto mais que o orçamento da ASF "é financiado pelas taxas que os operadores (seguradoras e fundos de pensões) pagam ao supervisor, e no final do dia estes refletem estas taxas nos consumidores".

Orgulha-se da equipa que encontrou quando chegou e da que deixa quando sair, "equipa de pessoas competentes, que conhecem bem as atividades e missão da ASF, e com qualidade humana, o que é muito importante. Com o ADN da casa", enfatiza. Apesar das dificuldades, diz, "tem ainda mais valor o trabalho feito com todos na execução de um plano estratégico muito ambicioso, com uma taxa de execução de 87%". Houve outras vitórias e conquistas, como, por exemplo, aproximar a ASF das universidades. "Temos tido uma forte cooperação que desenvolvi com diversas entidades, entre as quais, à cabeça, com o Governo, mas onde houve um salto qualitativo enorme foi com a academia, universidades que nos têm ajudado em parceria nos observatórios dos seguros de saúde e da poupança".

Margarida Corrêa de Aguiar chegou à presidência da ASF em 2019 e terminou o mandato de seis anos esta semana. Sai com a maioria dos desafios concluídos

Solvência, consumidor e operadores

"Não encontrei desgraças nem instabilidades financeiras quando cheguei", e neste momento pode dizer que o sector "apresenta uma posição financeira muito robusta, medida pela solvência (superior a 200% e também com rácios de liquidez muito importantes), o que revela um nível de resiliência que em tempos de incerteza ganha uma maior relevância", argumenta a presidente cessante. E prossegue dizendo que "foram feitas intervenções regulatórias musculadas", e durante a pandemia, que aconteceu um ano após estar em funções, "acelerou o digital e correu bem, ajudou a tornar o sector segurador mais competitivo e eficiente, trazendo mais experiências para o consumidor", porém "também trouxe mais riscos, para os quais é preciso continuar a dar muita atenção". O digital, a tecnologia e a inteligência artificial (IA) "trazem novos riscos, ligados à segurança de informação, cibersegurança", e podem "gerar exclusão financeira se o cruzamento de dados for canalizado para dificultar o acesso a produtos, neste caso seguros". Por outro lado, a IA pode trazer muitos benefícios, como prevenção, mais eficiência, mais qualidade na prestação de serviços, melhores condições no preço e resolução de sinistros, entre outras.

Quanto à criação do Fundo Sísmico, que se arrasta há

Seguradoras vão ter mecanismo de resolução

Presidente da ASF diz que Portugal não deve encostar-se ao limite do prazo para transposição de diretiva europeia

As seguradoras vão ter, à semelhança do que já acontece com os bancos, um mecanismo de resolução para responder a problemas que surjam no sector.

A nova diretiva da União Europeia (2025/1) determina que os Estados-membros estabeleçam um regime para a recuperação e resolução de empresas de seguros e de resseguros. Foi anunciada em novembro de 2024 e os países que ainda não tenham qualquer tipo de mecanismo para lidar com os problemas destas empresas devem transpô-la até janeiro de 2027.

Questionada sobre o andamento desta diretiva e o que já existe em alguns Estados-membros, Margarida Corrêa de Aguiar afirma ao Expresso que é preciso começar a refletir sobre o tema e "não nos devemos encostar ao prazo-limite da transposição da diretiva porque, seja qual for a solução, vai ser necessário implementar uma série de procedimentos operacionais que têm de ser feitos com algum tempo", e "o tempo passa a correr".

A presidente da ASF, o regulador dos seguros, refere que os Estados-membros têm de institucionalizar a resolução dos seguros, o que levanta várias questões como sejam "quem vai ficar com a resolução dos seguros; qual a sua arquitetura; e como se compatibiliza com a missão de supervisão dos seguros e com a que temos hoje na resolução bancária".

Reflexão e conflito de interesses

Margarida Corrêa de Aguiar considera que este documento "vai causar reflexão e muita discussão e será importante porque independentemente da solução terá impactos sérios na atividade do supervisor". Além das questões enunciadas, será necessário desenhar a forma como a entidade vai ser gerida e financiada. Se o financiamento for por antecipação, isso passará pela criação de um fundo.

Há, portanto, decisões importantes a tomar e, segundo a líder do supervisor dos seguros, "só há três países na Europa com resolução de seguros, os Países Baixos, a França e a Roménia".

Mecanismo de resolução visa acautelar as dificuldades das empresas de seguros que possam contagiar o mercado

No modelo francês, onde só existe um supervisor financeiro (para a banca e para os seguros) — diferente de Portugal, onde há supervisores diferentes para a banca, para os seguros e para o mercado de capitais, a resolução está sob a alçada desse supervisor mas as equipas "são distintas", ou seja, a entidade de supervisão tem uma administração própria. O que, segundo Margarida Corrêa de Aguiar, "é uma ideia interessante, porque tem ganhos de especialização" ao estar dentro do supervisor, já que para fazer uma resolução de seguros "é preciso perceber

mais de uma década, nota que em Portugal "há uma desvalorização do risco porque há uma baixa frequência", mas está na hora de avançar. Na proposta da ASF que aguarda análise do Executivo para ir para consulta pública, Margarida Corrêa de Aguiar adianta que "é proposta a criação de uma entidade para gerir o fundo" e volta a dizer que este não avançou porque a decisão é política, e "enquanto as pessoas não perceberem que tornar a cobertura sísmica obrigatória melhora a resiliência económica e financeira, logo protege as finanças públicas e poupa dinheiro aos contribuintes", Portugal marca passo, enquanto os outros países estão a proteger-se.

Refere ainda que durante o seu mandato "a proteção do consumidor foi (e é) um objetivo máximo, mas para isso temos também de zelar por uma gestão sã e prudente dos operadores, ter boas práticas de conduta das empresas e zelar pela estabilidade financeira".

ivicente@expresso.impresa.pt

o sector". E embora este modelo "aproveite a especialização, introduz um mecanismo de *chinese walls* (blindagem da informação) para afastar conflitos de interesses". E, explica, "na verdade, separa operacionalmente a resolução da supervisão e tem dois *boards* distintos, um para a resolução e outro para a supervisão", havendo entre estes dois um membro comum, o governador do Banco de França.

Esta diretiva visa acautelar "dificuldades das empresas de seguros" que possam contagiar o mercado e ter impactos negativos na economia, colocadas em causa no pós-crise financeira de 2008.

"É preciso compensar a reforma pública"

A líder da ASF deixa um desafio para o futuro: adequar os rendimentos na reforma para manter um nível de vida digno

O envelhecimento da população coloca em cima da mesa desafios importantes para os quais os Estados devem dar resposta. Na Europa, o pacote Saving & Investments Union veio retomar alguns fatores que podem fazer a diferença em matéria de pensões de reforma.

Questionada sobre o que as seguradoras e os fundos de pensões podem fazer pelos portugueses em sede de poupança, Margarida Corrêa de Aguiar afirma que embora cada Estado-membro seja responsável pela organização dos respetivos sistemas de segurança social, "não há regras, nem orientações ao nível da Comissão Europeia relativamente a essa matéria", cada Estado deve procurar soluções que garantam uma pensão digna. No caso português existem o 2º e 3º pilares (planos de pensões das empresas e poupanças individuais de longo prazo) como complementos do 1º pilar que é a pensão pública, e como quer a Europa, quer Portugal enfrentam "uma trajetória de envelhecimento da população, porque vivemos mais e debatemo-nos com menos nascimentos, existe um problema", e há que "pensar e refletir".

É neste contexto que "o sector pode fazer mais", já que a Comissão Europeia defende o reforço do 2º e 3º pilares. "A taxa de substituição que hoje ronda os 70% pode registar uma queda para próximo dos 40% em 2050". Um cenário para o qual os países devem encontrar uma solução, prossegue a presidente da ASF recordando que "a OCDE, recomenda e defende que a taxa de substituição deve andar à volta dos 70%", não sendo por isso "aceitável como padrão de vida digno na passagem para a reforma, uma taxa de substituição na casa dos 40%". A taxa de substituição é a percentagem do último salário que é substituída pela pensão de reforma.

Margarida Corrêa de Aguiar afirma que "o 1º pilar é o mais importante, é a base, mas é preciso termos ativos suficientes para financiar em cada momento as pensões a pagamento, e de duas uma, ou vamos pagar pensões mais baixas porque não temos contribuições suficientes, ou então, teremos de ajustar outras despesas, teremos de mexer noutras políticas públicas". E recorda que Portugal já fez vários ajustamentos, bem-vindos, a chamada reforma de Vieira da Silva (ex-ministro do Trabalho), que introduziu o fator de sustentabilidade e o cálculo da pensão considerando toda a carreia contributiva. É preciso agir para "acautelar uma reforma digna", prossegue a responsável da ASF, referindo que "vale a pena pensar sobre as várias formas de resolver o problema". E deixa uma sugestão: "o ideal seria fazê-lo ao nível da concertação social" para incluir todas as partes, Estado, empregadores e trabalhadores promovendo o reforço do 2º e 3º pilares que deveriam ser acompanhados de incentivos fiscais, defende.

FRASE

"Vale a pena pensar sobre as várias forma de resolver o problema"

Margarida Corrêa de Aguiar
Presidente da ASF

LEGISLAÇÃO

ALGUNS DIPLOMAS E RECOMENDAÇÕES CONCRETIZADOS

Conduta de mercado e proteção do consumidor
Tratamento de reclamações; Planos Poupança-Reforma, informação sobre comissões, rentabilidade e risco; práticas discriminatórias (direito ao esquecimento); recomendações sobre informações a prestar nas alterações dos prémios de seguros; condições padrão no seguro de saúde; diferenciação entre seguro de saúde e plano de saúde.

Sistema de governação
Procedimentos de registo prévio para exercer funções reguladas perante a ASF; orientações relativas à avaliação e registo prévio, maior clareza nos reportes a fazer à ASF em temas relativos à atividade, entre outras.

Prevenção e branqueamento de capitais
Norma que estabelece o regime e os procedimentos para mitigar o branqueamento de capitais e o combate ao terrorismo.

Regime prudencial e contabilístico
Participações qualificadas em empresas de seguros e resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões; cálculo mínimo das responsabilidades decorrentes de planos de pensões de benefício definido, entre outras normas.